



Senivpetro/FreePik

MEC institui o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica

O Ministério da Educação (MEC) publicou a [portaria 330](#), que institui o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) como modalidade do Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes (Enade) para os cursos de graduação em medicina.

O ato administrativo elenca como objetivos do exame estabelecer um instrumento unificado de avaliação da formação médica no Brasil e aferir o desempenho dos estudantes dos cursos de graduação em medicina em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). O Enamed também possibilitará a verificação de conhecimentos, habilidades e competências requeridas para o exercício profissional adequado aos princípios e às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), além de fornecer subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas relacionadas à formação médica.

O Enamed será aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em colaboração com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O exame será obrigatório para todos

os concluintes dos cursos de medicina. Profissionais formados também poderão realizar o exame, a fim de utilizar os resultados no âmbito do Exame Nacional de Residência (Enare).

O Enamed será composto por 100 questões objetivas de múltipla escolha nas áreas de clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, pediatria, medicina da família e comunidade, saúde mental e saúde coletiva. Os procedimentos, prazos, aspectos operacionais e demais normas complementares relativas ao Enamed serão detalhados em ato administrativo do Inep. A previsão é de que os editais sejam publicados no início de maio, para que as inscrições dos estudantes concluintes sejam feitas pelas IES em junho. As inscrições para os profissionais e público geral serão abertas no mês de julho. A aplicação da prova está prevista para outubro. Já a divulgação dos resultados individuais sairá em dezembro. A expectativa é que mais de 42 mil estudantes concluintes de 300 cursos participem, além dos médicos já formados. A prova será aplicada em cerca de 200 municípios.

Enare - O MEC também publicou a [portaria 329](#), que dispõe sobre o Exame Nacional de Re-

sidências (Enare), voltado para selecionar candidatos ao ingresso em Programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde.

De acordo com a norma, a adesão das instituições públicas e privadas que ofertam programas de residência reconhecidos pelo Ministério da Educação ao Enare será voluntária e se dará mediante assinatura do respectivo termo pelo coordenador do programa.

O Enare, que considerará os resultados obtidos no Enamed para a ocupação de vagas em residências médicas em todo o país, continuará observando os critérios estabelecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) para seleção de residentes.

A Ebserh editará normas complementares para a operacionalização do Enare.

Iniciativa – Durante a cerimônia de lançamento do Enamed, o ministro da Educação, Camilo Santana, salientou que o novo exame fortalecerá mutuamente o Enade e o Enare.

Para ele, o Enamed impulsionará o engajamento dos estudantes no Enade, tendo em vista que a nota poderá servir para o ingresso em programas de residência médica de acesso direto, o que também impacta positivamente o Enare, visto que todos os concluintes dos cursos de medicina passarão a fazer a prova anualmente.

“Com esse exame, nós poderemos também avaliar melhor as instituições de ensino, até para corrigir os rumos”, frisou o ministro, que destacou ainda que outras ações serão realizadas para aprimorar a formação médica no país. “Num primeiro momento, o Conselho Nacional de Educação vai reavaliar as diretrizes curriculares nacionais de medicina. O segundo passo será instituir uma prova de progresso, para avaliar o desempenho do estudante no meio do curso, para corrigir e melhorar a formação do estudante antes da conclusão do curso”, explicou.

O lançamento foi bem recebido pelo setor educacional, especialmente por impulsionar o engajamento dos estudantes no Enade.

“Os sistemas de escolha de va-

gas segue a trilha exitosa do Enem no Sisu, onde o candidato recebe a nota da especialidade escolhida e vai utilizá-la para fazer a opção de vagas entre as ofertas que foram feitas. Assim, as melhores notas terão prioridade na ocupação de vagas”, explicou o presidente da Ebserh, Arthur Chioro, sobre a seleção para a ocupação de vagas em residências médicas.

Para a AMIES, o lançamento do Enamed, representa um passo fundamental para a garantia da qualidade da formação médica no Brasil. “A iniciativa do governo federal é louvável, pois estabelece um importante instrumento de avaliação que busca garantir que os futuros profissionais da medicina estejam realmente preparados para exercer uma atividade tão essencial à sociedade”, salientou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues. “Que esse exame sirva como um estímulo à melhoria contínua das instituições de ensino superior e como garantia de que nossos médicos estejam plenamente capacitados para os desafios do cuidado à vida”, completou.



Novos referenciais de qualidade e marco regulatório do ensino à distância devem ser publicados até dia 9



O setor educacional aguarda a publicação do novo marco regulatório para os cursos superiores à distância. O texto, que está em análise na Casa Civil, deve ser divulgado até o dia 9 de maio, depois de o Ministério da Educação (MEC) ter **prorrogado, novamente, a suspensão** de processos regulatórios relativos a EAD.

A expectativa é de que o novo marco regulatório traga regras mais rígidas para os polos EAD no país. De acordo com o diretor de Regulação de Educação Superior do MEC, Daniel Ximenes, a ideia é que os polos passem por avaliação da Pasta. "O decreto orientará qual deve ser a estrutura mínima de polo, que é um espaço para acolhimento com laboratórios, conectividade, coisas que parecem óbvias, mas que não estão devidamente reguladas", destacou ele, durante evento, na semana passada. Segundo Ximenes, hoje existem cerca de 50 mil polos EAD registrados no país e, apesar de o MEC não ter a intenção de "sair fechando", "naturalmente haverá saneamento dessa quantidade".

A reestruturação dos polos já havia sido apontada pelo Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), no ano passado, durante **reunião do Conselho** Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares). A proposta é ter uma estrutura com recepção, sala de informática e ambiente para atendimento aos alunos. Será vetado também o compartilhamento de polo entre instituições de ensino distintas e a oferta de cursos presenciais no polo EAD.

A norma também deve vetar cursos 100% à distância das áreas de saúde (como medicina, enfermagem, fisioterapia, farmácia e nutrição), além das engenharias.

Sobre a avaliação da aprendizagem, a ideia apresentada pela Seres é contemplar, no mínimo, uma avaliação presencial a cada 10 semanas. Pelo menos, um terço dessas avaliações presenciais serão compostas por questões discursivas de análise e síntese. Assim, o peso das avaliações presenciais passará

a ser majoritário na composição da nota final do estudante.

A regulação também deve substituir o termo "modalidade" por "formato" de oferta dos cursos. A proposta da Seres é dividir em três formatos: presencial, caracterizado por oferta majoritária de carga horária presencial física; semipresencial, composto por carga horária determinada de atividades presenciais físicas obrigatórias (estágio, extensão, práticas laboratoriais e outras definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais), atividades síncronas reguladas e carga horária a distância; e EAD, com a oferta majoritária de carga horária à distância.

Após o estabelecimento dos novos referenciais de qualidade e marco regulatório, caberá ao MEC editar as regras de transição sobre processos regulatórios e outras regulamentações necessárias. As instituições terão 24 meses para se adaptarem.

"O EAD cresceu de forma exponencial, sem uma estrutura, com um tripé de qualidade, regulação e avaliação precários. O tema é complexo, mas precisamos desse marco regulatório", ressaltou Daniel Ximenes, que defendeu a EAD. "Precisamos fazer um pacto pela educação à distância porque o uso das tecnologias na educação é essencial e irreversível", completou.

De acordo com o Censup 2023, o número de matrículas no ensino superior à distância chegou a quase cinco milhões - o que representa 49,2% do total de matrículas de graduação.

Deputado Moses Rodrigues é designado relator do novo Plano Nacional de Educação



O deputado federal Moses Rodrigues, que é presidente da AMIES, será o relator do novo Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara.

“É com enorme responsabilidade que assumo a relatoria do novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034”, comentou Moses Rodrigues, em suas redes sociais. “Irei trabalhar incansavelmente para a construção de um plano que enfrente os principais problemas e valorize todos os profissionais, garantindo o direito à aprendizagem e o acesso à educação de qualidade para todos”, completou o parlamentar, que está em seu terceiro mandato e já presidiu a Comissão de Educação em 2023, sendo um dos principais articuladores do Novo Ensino Médio.

A comissão especial, já instalada, é presidida pela deputada Tabata Amaral e contará com 34 integrantes, indicados pelos partidos.

O projeto do novo PNE prevê 18 objetivos a serem cumpridos até 2034 nas áreas de educação infantil, alfabetização, ensinos fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica. A proposta foi elaborada pelo Ministério da Educação.

Inep divulga Indicadores de Qualidade da Educação Superior referente à 2023



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou os [Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2023](#). Os [resultados individuais](#) do Enade, assim como o Conceito Enade, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) estão disponíveis no portal da autarquia.

“Tivemos nos últimos meses estudos aprofundados sobre os resultados da avaliação da área da saúde. Nós temos algumas perspectivas de aprimoramento do Enade. Na área de formação de professores conseguimos avançar com o Enade das Licenciaturas 2024 e agora a nossa intenção é aprofundar os estudos na área da saúde”, destacou o presidente do Inep, Manuel Palácios. O foco está na melhoria dos processos e instrumentos de avaliação, de forma a gerar evidências educacionais mais precisas que contribuam para a melhoria da formação do profissional de saúde.

O Inep, inclusive, tem feito estudos preliminares sobre os

cursos de medicina no país. O objetivo da pesquisa é aprimorar os processos de avaliação, com foco em componentes específicos da formação médica. De acordo com os dados divulgados, entre os cursos analisados, 70 apresentaram desempenho acima do esperado. Outros 196 ficaram dentro do esperado. E 39 cursos ficaram abaixo do esperado. O levantamento visa contribuir também para a melhoria contínua da qualidade dos cursos e para o fortalecimento da formação médica no país.

O Inep também tem conversado com as associações ligadas ao ensino superior para realizar estudos para o aperfeiçoamento da avaliação da educação superior. De acordo com o diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep, Ulysses Teixeira, a ideia é aperfeiçoar o Sinaes e monitorar outras características da educação superior, como as condições de oferta e formação; o incentivo à pesquisa e produção científica; a extensão e participação social; a eficiência das instituições (preenchimento de vagas, permanência e conclusão); e os dados relacionados à formação e empregabilidade.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



A secretária-executiva da AMIES, Priscila Planelis, participou de uma reunião com a secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Abramo, e com o deputado Átila Lira Filho, que também é associado da AMIES. Na ocasião, foram apresentadas pautas de interesse das mantenedoras de instituições de ensino superior, entre elas a publicação do calendário regulatório. Na reunião, a secretária Marta Abramo informou que o calendário será divulgado somente após a publicação do decreto com o novo marco regulatório da educação à distância, que incluirá um período e procedimentos de tran-

sição para adequação das instituições aos novos parâmetros que serão estabelecidos. Inicialmente, a Seres pensou em publicar o calendário relativo apenas aos cursos presenciais, mas voltou atrás. Diante do atraso na divulgação do calendário regulatório, a AMIES ponderou os prejuízos causados às instituições de ensino superior. Segundo Marta Abramo, as IES poderão solicitar à Seres uma declaração de regularidade dos processos regulatórios. Essa medida é especialmente relevante para os processos com prazo rígido, como o reconhecimento institucional e o reconhecimento de cursos. A AMIES continuará acompanhando às ações da Seres e requerendo à publicação do calendário, a fim de garantir a segurança jurídica às IES.



O Ministério da Educação instituiu um **grupo de trabalho** com objetivo de elaborar subsídios e recomendações para a regulamentação dos programas e das ações de assistência estudantil no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). O grupo deve considerar, especialmente, a atenção a estudantes em situação de vulnerabilidade. O GT fará a articulação de atividades conjuntas com atores ligados à assistência estudantil e levantará dados da situação atual da assistência estudantil nas instituições de ensino públicas, identificando necessidades e oportunidades.



Está aberto até o dia 20 de maio o período de inscrições para a **20ª edição do Prêmio Capes de Tese**. Serão premiados os melhores trabalhos de conclusão de doutorado defendidos no Brasil em 2024 em cada uma das 50 áreas de avaliação estabelecidas pela Fundação. Os critérios estão descritos no edital. O trabalho

deve ser inscrito pela coordenação do programa de pós-graduação, responsável pela pré-seleção das teses. O resultado deve ser divulgado até setembro. Dentre as 50 teses premiadas, três receberão o Grande Prêmio, um por colégio de avaliação: Ciências da Vida, Humanidades e Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS



EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira e Getúlio Américo Moreira Lopes | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Secretária-executiva: Priscila Planelis | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).